

# O neoconservadorismo segundo os neoconservadores norte-americanos

## The neoconservatism according to the American neoconservatives

**CLÁUDIO JÚNIOR DAMIN** | superdamin@terra.com.br

Doutor em Ciência Política (UFRGS), professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa.

**Recebimento do artigo** Abril de 2015 | **Aceite** Novembro de 2016

**Resumo** O artigo tem o objetivo examinar o neoconservadorismo nos Estados Unidos a partir da visão de alguns intelectuais que estão associados a esse pensamento de política exterior. Busca-se responder a um questionamento específico: o que é, para os intelectuais considerados neoconservadores nos Estados Unidos, o neoconservadorismo? Nossa hipótese de trabalho é a de que o neoconservadorismo nos Estados Unidos é definido pelos neoconservadores como algo genuinamente norte-americano cujos postulados restam enraizados na própria sociedade daquele país. Os neoconservadores, nesse sentido, compreendem o conjunto de ideias que defendem como pertencente e coerente com o contexto socioeconômico, cultural e político em que estão inseridos.

**Palavras-Chave** Neoconservadorismo, Política externa norte-americana, Militarismo, Hegemonia benevolente

**Abstract** The article aims to analyze neoconservatism in the United States from the perspective of some intellectuals that are associated with this thought of foreign policy. We seek to answer a specific question: what is, for intellectuals considered neoconservatives in the United States, neoconservatism? Our working hypothesis is that neoconservatism in the United States is defined by neoconservatives as something genuinely American whose postulates are rooted in the American society. The neoconservatives, in this sense, understand the set of ideas that stand as belonging and consistent with the socioeconomic, cultural and political context in which they live. **Keywords** Neoconservatism, US Foreign Policy, Military, Benevolent Hegemony

## Introdução

Influente nas duas administrações de George W. Bush (2001-2008), o pensamento neoconservador em política externa tem sido, em geral, avaliado retrospectivamente como um grande mal para os Estados Unidos, especialmente por seus postulados que restaram aplicados à chamada “guerra contra o terrorismo” na qual se inserem as intervenções militares no Afeganistão (2001) e Iraque (2003) após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 (Frachon e Vernet, 2006; Buchanan, 2004).

No mais das vezes tem-se uma visão crítica em relação aos postulados neoconservadores, como se fossem obra de “um grupo de alucinados políticos” (Hobsbawn, 2007, p. 51) que teriam “sequestrado” a mente do presidente (Buchanan, 2004; Lind, 2003) ou que acabaram se radicalizando através de um processo de “polarização grupal” (Sustein, 2010), tudo em favor de uma “ambição imperial” (Harvey, 2003, p. 159) e cujo resultado foi uma “revolução na política externa dos Estados Unidos” (Daalder and Lindsay, 2003, p. 1, tradução nossa).

As críticas ao neoconservadorismo norte-americano, nesse sentido, são bem conhecidas da comunidade acadêmica. A partir de tal constatação, o artigo tem o objetivo de empreender um esforço compreensivo sobre o neoconservadorismo nos Estados Unidos a partir do que dizem alguns intelectuais que restavam associados a esse pensamento de política exterior. Busca-se responder a um questionamento específico, a saber: o que é, para os intelectuais considerados neoconservadores nos Estados Unidos, o neoconservadorismo? Não se trata, bem entendido, de um trabalho de denúncia ou crítica deliberada da ontologia neoconservadora, mas sim de uma tentativa de definição do fenômeno a partir das leituras operadas por seus próceres.

Nossa hipótese de trabalho é a de que o neoconservadorismo nos Estados Unidos é definido pelos conservadores como algo genuinamente norte-americano cujos postulados restam enraizados na própria sociedade daquele país. Os neoconservadores, nesse sentido, compreendem o conjunto de ideias que defendem como pertencente e coerente com o contexto em que interagem.

Além desta Introdução, o artigo está dividido em três outras partes. Na primeira delas abordamos a chamada hipótese da “nação neoconservadora” e a noção segundo a qual o neoconservadorismo em seu sentido mais amplo seria um fenômeno distintamente norte-americano. A segunda parte foca na questão da influência benevolente do país no sistema internacional e o consequente uso do poder militar para exercer essa influência. Por fim, tecemos rápidas considerações finais sobre as questões tratadas ao longo do artigo.

## A hipótese da “nação neoconservadora”

Robert Kagan, um neoconservador<sup>1</sup> proeminente, defendeu uma tese que para os neoconservadores parece ter sido intelectualmente muito desafiadora. Para ele:

As tendências associadas atualmente com o neoconservadorismo estão mais profundamente enraizadas nas tradições americanas do que os críticos gostariam de admitir, o que significa que não serão tão facilmente arrancadas, mesmo com a chegada da eleição presidencial. (Kagan, 2008, p. 24, tradução nossa)

---

1 O artigo trata do pensamento neoconservador relacionado à política externa e vinculado à terceira geração de neoconservadores pós-derrubada do Muro de Berlim. Os postulados neoconservadores ligados à crítica moral da sociedade norte-americana, muito fortes principalmente na segunda geração de neoconservadores, nesse sentido, não são objeto de atenção do trabalho.

A tese de Kagan (2008) confere, desde já, contornos universalistas em relação ao neoconservadorismo. Na esteira dessa interpretação, seria tremendo equívoco apontá-lo como uma “aberração” ou como algo totalmente divorciado da sociedade na qual seus postulados foram efetivados. Kagan (2008), a partir da história da nação, de suas múltiplas vezes em que seu envolvimento no exterior demandou o uso da força militar, e do próprio caráter da população, sustenta que o fato de o pensamento neoconservador ter se tornado uma força intelectual significativa durante as administrações de George W. Bush não se deveu a uma “tomada do poder” por um movimento em particular; ao contrário, que as ideias promovidas e publicizadas pelos neoconservadores encontraram, entre os cidadãos, um apoio que refletia não uma novidade, mas sim a expressão mais clara de seu *ethos*, de suas características distintivas do resto do mundo. Para ele, aliás, os Estados Unidos são uma “nação neocon” desde sua fundação em 1776.

Comentando a guerra do Iraque e a responsabilidade atribuída aos neoconservadores em relação ao seu início em 2003, Kagan (2008) resume a tese da “nação neocon”:

O esforço para explicar a guerra como um produto de manipulação de um punhado de “neoconservadores” é um esforço para escapar do que para muitos pode ser uma realidade mais incômoda: a de que existe alguma coisa no caráter americano que o leva nessa direção. (Kagan, 2008, p. 30, tradução nossa)

A lógica expressa pelo autor é justamente a de que o neoconservadorismo não produziu a sociedade norte-americana, mas sim que foi por ela produzido. Admitir esse ponto de vista requer, por sua vez, a renúncia analítica de uma crítica mais forte em relação aos neoconservadores enquanto protagonistas de uma ideologia “assassina”, “belicista” e “contra a paz”, um grupo de “megalomaniacos” que teria empreendido verdadeira “lavagem cerebral” na cabeça do presidente republicano. Trata-se, sobretudo, de uma estratégia construída por Kagan (2008) para assinalar que seus posicionamentos encontraram eco no seio da sociedade norte-americana.

Conceber o neoconservadorismo dessa forma reforça a noção oferecida por Irving Kristol (2005), em um artigo de seminal importância, de que o neoconservadorismo, longe de se constituir em um movimento, seria, mais precisamente, uma *persuasão*, “que se manifesta ao longo do tempo, mas de forma irregular, e cujo significado vislumbramos apenas em retrospecto” (Kristol, 2005, p. 164, tradução nossa).

O neoconservadorismo, nesse sentido, seria uma primeira variante do conservadorismo norte-americano do século XX, constituindo-se em algo singular ao país, não encontrando correspondência, por exemplo, no continente europeu. Seu maior feito, segundo Kristol (2005), teria sido a popularização do conservadorismo norte-americano, com conseqüente ampliação de sua base eleitoral a partir da migração, na década de 1970, de intelectuais norte-americanos para a órbita do Partido Republicano.

Persuasão, estrito senso, pressupõe o convencimento de alguma coisa a alguém. Movimento, ao contrário, sugere propriedades constitutivas tais como organização, hierarquia, liderança e execução. Trata-se de uma distinção importante na interpretação que os conservadores fazem do seu pensamento.

Usualmente Irving Kristol é apontado como *godfather* do neoconservadorismo e, antes dele, Leo Strauss, mesmo que ambos não tivessem o tema da política externa como um objeto direto de estudo (Thompson, 2010). Os apontados como “patronos” do neoconservadorismo tampouco legaram uma obra que sistematizasse o corolário neoconservador para as relações internacionais. O que deve ser observado é que neoconservadores focados em política externa restam dispersos em distintos *think tanks*, universidades, revistas e jornais norte-americanos. Não há um líder e, como se costumava dizer na década de 1970, “são todos caciques e nenhum índio” (Buchanan 2004, p. 38, tradução).

Assim, entender o neoconservadorismo como uma persuasão parece ser um ato defensivo por

parte dos neoconservadores, justamente porque a estruturação de seus conteúdos e argumentos se dá a partir da observância do percurso histórico de seu país e não de uma teoria sistemática propriamente dita. Daí é que deriva a noção de que os neoconservadores possuem uma comunidade de ideias partilhadas e inscritas fundamentalmente na concepção moral norte-americana de mundo. Não estariam, dessa forma, deslocados de seu contexto sociopolítico.

Há outra consequência importante a ser salientada quando se apreende o neoconservadorismo enquanto uma persuasão, tendência ou atitude e não como um movimento. Como muitos intelectuais possuem origem judaica, tal contexto tem fornecido farta munição para que estes sejam rotulados como uma “cabala”, um movimento político judaico a serviço dos interesses de Israel (Mac Donald, 2004). Aqui é importante deixar claro que ser judeu não é um pressuposto para partilhar da tendência neoconservadora. Contudo, ser neoconservador demanda um apoio estratégico ao estado de Israel, visto como um *locus* de liberdade e democracia em meio a uma região permeada por autoritarismos e fundamentalismos religiosos. Não se trata, contudo, de um movimento político judaico, sendo esse um dos “mitos” associados ao neoconservadorismo, conforme articula Boot (2004).

Do ponto de vista da política externa, Kristol (2005, p. 167, tradução nossa) ressalta que “não há um conjunto de crenças neoconservadoras em matéria de política externa, apenas um conjunto de atitudes derivadas da experiência histórica”. E ele aponta quatro das principais “atitudes”, que poderiam ser consideradas “teses” neoconservadoras, a saber:

- a) A importância do sentimento patriótico entre os cidadãos, ainda mais importante em uma nação de imigrantes como seria o caso dos Estados Unidos e cujas instituições deveriam encorajá-lo;
- b) A noção de que um governo mundial seria algo totalmente indesejável, havendo, portanto, grande suspeição em relação a instituições internacionais que pretendem ter um papel de governança acima das soberanias estatais;
- c) Os governantes devem ter a capacidade política de distinção entre amigos e inimigos, valendo-se de uma clara alusão ao período da Guerra Fria em que, segundo Kristol (2005), muitos homens inteligentes não tratavam a União Soviética como um inimigo; e,
- d) Para uma potência como os Estados Unidos o conceito de “interesse nacional” não se baseia em questões geográficas, constituindo-se, ao contrário, em um valor moral, que os obriga, sempre que possível, a defender regimes democráticos ameaçados por forças autocráticas.

Há, aqui, alguns aspectos que são fundamentais. O primeiro deles é a importância reservada ao sentimento de amor à pátria, o que demanda um mergulho completo na tradição cultural dos Estados Unidos. O sentimento patriótico é visto como um elemento ordenador pelos neoconservadores e capaz de fornecer a argamassa necessária para a coesão social interna. Aqui transparece a noção de que a maior força dos Estados Unidos é a sua população, formada por indivíduos de valores morais bem definidos e inseridos em uma tradição cultural de séculos, marcadamente “excepcional”, distintiva do resto do mundo.

Depois, a defesa da soberania norte-americana como a instância política ordenadora última não subordinada a decisões de órgãos internacionais outros. Como os norte-americanos enxergam-se singulares em sua existência no sistema de nações, parece mesmo que tal condição produz um sentimento de importância da atuação do país no exterior, inclusive relativizando o princípio da soberania territorial de

outros países quando uma intervenção fosse necessária.

Kristol (2005) também assinala que a política externa dos Estados Unidos, avaliada sob a ótica neoconservadora, deveria estar baseada em critérios schmittianos, mais precisamente em sua díade *amigo x inimigo*, e que sustentados em tal distinção é que se poderia compreender mais precisamente qual seria o interesse nacional da nação. Aqui o ponto a ser notado é que discernir o bem do mal depende de um critério moral de validade universal. O neoconservadorismo, portanto, para manter sua influência, necessitaria apontar *inimigos*, pois a convivência com eles faria parte da trajetória civilizacional dos Estados Unidos. Na década de 1990 Kristol (1996) já diagnosticava essa necessidade existencial:

Com o final da Guerra Fria o que nós realmente precisamos é de um inimigo ideológico e ameaçador claro, que mexa com os nossos brios e que possa nos unir em oposição. Não é isso que o filme de maior sucesso do ano, *Independence Day*, nos está dizendo? Onde estão nossos alienígenas quando mais precisamos deles? (Kristol, 1996, p. A14, tradução nossa)

Na confluência das “teses” está a marca dos Estados Unidos como a grande força moral do planeta. Devido a seu regime interno, sua filosofia política e a inexistência de pretensões imperialistas territoriais, o país exerceria uma influência positiva e necessária no sistema internacional, dotado de uma capacidade militar incomparável e capaz de fazer prevalecer seus desígnios, se necessário sob baionetas, ao resto do mundo (Kagan, 2008). Na definição de Kristol (2005):

Com o poder vem as responsabilidades, se intencionais ou não, se bem vindas ou não. E é um fato que se você tem o tipo de poder que temos agora, ou você vai encontrar oportunidades de usá-lo, ou o mundo vai descobri-las para você. (Kristol, 2005, p. 168, tradução nossa)

Essas noções, supostamente embasadas na experiência histórica dos Estados Unidos, deveriam, por isso mesmo, persuadir os norte-americanos de quão indispensável seria o exercício do poder dos Estados Unidos no exterior. Nada melhor, nesse ponto, do que, seguindo o conselho de Kristol (1996), apontar ameaças à hegemonia norte-americana, ao exercício de sua força moral no mundo.

Foi o que fizeram, por exemplo, diversos neoconservadores em 2000 no livro *Present Dangers: Crisis and Opportunity in American Foreign and Defense Policy*, em uma clara tática de influenciar a opinião pública doméstica em relação a uma inflexão em sua política externa. A China enquanto poder em ascensão, Rússia como uma potência em declínio, o Iraque do regime de Saddam Hussein, o Irã dos fundamentalistas, a Palestina dos radicais, a tirania da Coreia do Norte e o declínio das forças armadas norte-americanas devido a fatores como o baixo orçamento de defesa são apontados como principais desafios e ameaças, externos e internos, para os Estados Unidos (Kagan and Kristol (orgs.), 2000).

Escrevendo mais tarde, no inverno de 2002/03, Charles Krauthammer (2002) sintetizava a maior ameaça ao poderio norte-americano na visão praticamente consensual dos neoconservadores:

A hegemonia americana não tem grandes potências como inimigos, uma raridade histórica de primeira ordem. No entanto, ela se depara com uma séria ameaça ao seu domínio, na verdade à sua segurança. Ela vem de uma fonte ainda mais historicamente singular: um arquipélago de *rogue states* (alguns conectados com terroristas transnacionais) empunhando armas de destruição em massa. (Krauthammer 2002, p. 8, tradução nossa)

O “dia de fogo”, conforme iria se referir o presidente George W. Bush, aconteceu em 11 de setembro de 2001. Era o dia trágico para o qual os neoconservadores dispensaram longas análises ao longo da década de 1990. Tratava-se, mais precisamente, de uma data em que o *evil*, o inimigo que não compartilha de valores universais, havia atacado a nação que representava justamente esses valores. O ataque terrorista perpetrado em solo norte-americano propiciou que o coro das ideias associadas ao neoconservadorismo se destacasse entre as opções de respostas ao evento extraordinário, justamente porque o evento representava uma ameaça aos próprios valores de sua sociedade. Conforme narra Muravchik (2004), um assumido neoconservador:

Os neocons não só tinham uma análise do que havia dado errado na política americana, como também estavam prontos com propostas para o que fazer agora: ir à guerra contra os grupos terroristas e procurar acabar com ou transformar governos que os apoiam, especialmente aqueles que fornecem meios para que os terroristas matem mais americanos que aqueles em 11 de setembro. Os neocons também ofereceram uma estratégia de longo prazo para tornar o Oriente Médio um foco a menos de terrorismo: implantar a democracia na região e, assim, ajudar a fomentar uma abordagem menos violenta à política. (Muravchik, 2004, p. 256, tradução nossa)

O fato de os neoconservadores terem oferecido a estratégia para responder aos ataques promovidos pela Al-Qaeda de Osama bin Laden, e o presidente George W. Bush tê-la aceito foi um sinal de que o processo de persuasão neocon estava em curso. O processo de convencimento dos norte-americanos a respeito de questões estratégicas, políticas e internacionais, sublinhava fundamentalmente que o que estava em questão eram justamente os princípios de sua própria história e cultura.

Os altos índices de popularidade de Bush, mantidos ao longo de meses em uma continuidade de *rally effect* inédita entre os presidentes (Hetherington and Nelson, 2003), atestavam ainda mais que os neoconservadores, com os atentados, haviam persuadido a sociedade norte-americana para compartilhar de suas premissas. Conforme conclui Kristol (2005), com Bush o neoconservadorismo, dado como morto desde a década de 1990, granjeou uma “segunda vida”, persuadindo novamente a sociedade, a exemplo do que já teria feito nos anos da administração de Ronald Reagan.

Críticos do neoconservadorismo, tanto liberais quanto conservadores, contudo, não aceitam essa versão de persuasão conjuntural da sociedade norte-americana pelo corolário neoconservador. Para muitos deles os neoconservadores teriam dominado o governo Bush devido ao seu controle dos grupos de interesse em Washington e também pelo seu controle da mídia. Teriam mentido, enganado os cidadãos através da sobrevalorização da ameaça terrorista, constituindo-se, portanto, em farsantes, notáveis manipuladores da opinião pública. Tudo o que fizeram, todo o processo de implementação de suas políticas, da derrubada dos talibãs no Afeganistão ao *regime change* no Iraque teriam sido promovidos em flagrante discordância com os valores dos norte-americanos de bem que, enganados por uma retórica de guerra, foram facilmente aliciados pelas ideias de um grupo de radicais. Neoconservadores, por óbvio, rotulam essa narrativa como tendo uma natureza mítica.

## Um hegemon benevolente e o uso do poder militar

Um dos aspectos centrais do pensamento neoconservador em política externa é sua associação a uma concepção positiva e benévola dos Estados Unidos enquanto *hegemon* no siste-

ma internacional (Fukuyama, 2006; Vaise, 2010; Teixeira, 2007). Neoconservadores acreditam, nesse sentido, que o país é uma força do bem, alicerçada em princípios democráticos que possibilitam que sua atuação no exterior reflita a chamada “hegemonia benevolente global”, termo utilizado em 1996 pela dupla William Kristol e Robert Kagan. Respondendo qual deveria ser, com o final da Guerra Fria, o papel internacional dos Estados Unidos, os autores vaticinavam:

Hegemonia global benevolente. Tendo derrotado o império do mal, os Estados Unidos gozam de predominância estratégica e ideológica, o primeiro objetivo da política externa dos EUA deve ser o de preservar e reforçar essa proeminência reforçando a segurança da América, apoiando seus amigos, avançando em seus interesses e empunhando seus princípios no mundo. (Kristol and Kagan, 1996, p. 2, tradução nossa)

“E a verdade”, sustentaria Kagan (1998, p. 26, tradução nossa), “é que a hegemonia benevolente exercitada pelos Estados Unidos é boa para uma vasta porção da população mundial”. Neoconservadores, portanto, acreditam que seu país é uma força do bem, identificado com valores positivos, democráticos em geral, que devem ser empunhados como exemplo para o resto do mundo.

Um dos aspectos da hegemonia benevolente é o internacionalismo que ela suscita, ou seja, a compreensão de que, por ser uma potência hegemônica, os Estados Unidos devem se constituir em um ator de fundamental importância no sistema internacional. Neoconservadores são extremamente internacionalistas, pregando uma irrestrita atuação dos Estados Unidos no exterior, notadamente para fazer avançar a agenda hegemônica benevolente do país.

No *best-seller* neoconservador *On Paradise and Power*, Robert Kagan (2003) demarcava a diferença entre os Estados Unidos e os países da Europa no que concerne a seu papel nas relações internacionais. Em sua definição, norte-americanos seriam de “Marte” enquanto que europeus seriam de “Vênus”. Isso significa que os Estados Unidos, em função de sua percepção de um sistema internacional ao estilo hobbesiano, teriam uma maior disposição para o uso da força militar em distintas regiões do mundo afim de manter sua posição hegemônica no concerto das nações. Europeus, ao contrário, teriam renunciado em grande parte ao uso de seu poder militar, este cada vez mais decadente e dependente do poderio norte-americano. Estariam vivendo em mundo da “paz perpétua” ao estilo kantiano, marcado pela falta de visão de ameaças e pela cooperação internacional. O episódio de Kosovo, ao longo da década de 1990, seria o exemplo mais cabal desse distanciamento ao mostrar uma Europa em franco declínio militar. Conforme escreveu no caso do conflito nos Balcãs, “a verdadeira divisão do trabalho consistiu em os Estados Unidos “fazer o jantar” e os europeus “lavar os pratos”” (Kagan, 2003, p. 23, tradução nossa).

No mundo hobbesiano cada um defende os seus interesses por todos os meios, não se reconhecendo uma instância regulatória supranacional, fundamentando aí o caráter anárquico do sistema internacional. Nas relações internacionais, por sua vez, há três meios básicos de resolução e encaminhamento de conflitos: a) a via diplomática; b) a via militar; e, c) a combinação das duas, com pesos diferentes para qualquer uma delas.

Na posição de Kagan (2003) os Estados Unidos historicamente têm se utilizado, com indisfarçado orgulho, da via militar para dirimir conflitos; já a Europa, desde a II Guerra Mundial, tem acentuado sua estratégia diplomática diminuindo, assim, sua posição no sistema internacional. O ponto dos neoconservadores é que a via diplomática pressupõe um agente com quem se possa sentar para dialogar e negociar uma saída. Como, então, negociar com terroristas quando eles se utilizam da irrazão em suas ações? Krauthammer (2004, p. 3, tradução nossa) resume a posição partilhada pelo neoconservadorismo: “*Rogue states* são, por definição, impermeáveis à persuasão moral. A persuasão moral é uma farsa”.

Impossibilitada a “persuasão moral” com redes terroristas e governos que as apoiam, a via militar torna-se a única chance de defesa contra a ameaça.

Neoconservadores, como vimos, desde a década de 1990 têm apontado o desafio que as democracias, especialmente a norte-americana, têm de enfrentar a partir da ameaça dos *rogue states*. Norman Podhoretz (2007, p. 2, tradução nossa), um neoconservador assumido, chegou a escrever que a “IV Guerra Mundial” estava em curso, e o inimigo era exatamente o islamo-facismo radical que teria, com o Onze de Setembro, instituído uma “declaração aberta de guerra contra os Estados Unidos”. Krauthammer (2004) também interpreta o radicalismo árabe/islâmico, por sua natureza francamente anti-americana, Ocidente e moderna, como um “perigo existencial” aos Estados Unidos, apontando que um dos terríveis erros da diplomacia norte-americana foi a de ter buscado democratizar distintas partes do mundo, menos o “mundo árabe”.

Quando na invasão ao Iraque em 2003 grandes potências europeias, notadamente França e Alemanha, se negaram a intervir militarmente, intelectuais neoconservadores apontavam o distanciamento inexorável que existia entre uma América ativa do ponto de vista do sistema internacional e uma Europa passiva diante de uma tentativa de derrubar um regime hostil à democracia como era, à época, o de Saddam Hussein. Tratava-se, para os neoconservadores, da confirmação do ensaio de Kagan (2003).

Esse posicionamento, de utilizar a força militar, seja dentro do contexto de uma guerra formal, declarada pelo Congresso, ou de uma intervenção militar, autorizada pelo Legislativo nacional ou decidida soberanamente pelo presidente enquanto comandante-em-chefe, com ou sem o assentimento da ONU, passou a ser interpretado como um postulado neoconservador. O uso do poderio militar norte-americano no exterior, dentro do contexto da declarada “guerra contra o terrorismo”, passou a ser um rótulo para os neoconservadores, considerados como um típico “grupo belicista”.

Neoconservadores não negam sua predileção pela guerra enquanto mecanismo que assegure que os Estados Unidos se reafirmem como a única superpotência do planeta. Mais que isso, o conflito militar é visto como algo normal. Na homilia neoconservadora de Charles Krauthammer pronunciada em 2004 no *American Enterprise Institute*, o mais importante *think tank* neocon, ele dizia, por exemplo, que:

A anomalia não é o mundo de hoje. A anomalia foi a década de 1990, as nossas férias da história. Parecia como que a paz, mas era um intervalo de sonhos entre dois períodos de realidade. (Krauthammer, 2004, s / p, tradução nossa)

Guerras e, portanto, uso do poder militar, fazem parte do vocabulário neoconservador. E no caso do neoconservadorismo a “guerra justa” – contra um Estado-santuário de terroristas, que possua armas de destruição e massa ou, ainda, que oprima seu povo com um regime político liberticida – é a política que permite o estabelecimento de uma hegemonia global benevolente.

Esse uso da força militar pelos Estados Unidos significa, no mais das vezes, o envio de tropas para cenários de conflito no exterior. Tem sido assim ao longo de toda a história norte-americana, conforme assenta a longa listagem de utilização das forças militares no exterior compilada por Grimm (2009). Nos Estados Unidos usualmente as guerras são, ao menos no começo, extremamente populares, fazendo inclusive a popularidade do presidente da República observar melhoras significativas em termos de pontos percentuais (Mueller, 1973; Berinsky, 2009).

As duas guerras travadas pela administração de George W. Bush não fugiram a esse padrão, fornecendo subidas repentinas de sua popularidade e sendo, elas próprias, apoiadas pela maioria da população. O sucesso inicial nas guerras, aliás, foi um dos fatores decisivos apontados para a reeleição de Bush no pleito de 2004. Quando, no entanto, as intervenções começaram a se tornar impopulares do ponto de vista doméstico, as baterias dos críticos voltaram-se aos neoconservadores, apontados como os respon-

sáveis por levar o país à guerra, como se tivessem enganado todo um país com seu “discurso belicista”. George W. Bush não conseguiu eleger seu sucessor e nas eleições presidenciais de 2008 a vitória do democrata Barack Obama representou o ostracismo dos intelectuais neoconservadores e, na verdade, a negação do apoio popular a suas teses.

## Considerações finais

Em 1996 Norman Podhoretz (1996) escreveu uma eulogia do neoconservadorismo, decretando o seu fim e, mais recentemente, Thompson (2010), no lastro do desastre do pós-guerra no Iraque, escreveu um livro cuja capa é a figura de uma lápide com a inscrição “Neoconservatism: An Obituary for and Idea”. Mas é mesmo possível que o neoconservadorismo tenha padecido em função de uma realidade por ele próprio criada?

A resposta depende da forma como se conceitualiza o neoconservadorismo. Se se trata de “grupo de megalomaniacos”, então quando suas loucuras se tornam conhecidas recebem reprimenda e caem no ostracismo público por perseguirem objetivos irracionais através de meios não usuais. Caso trate-se de um movimento que exerce influência em alguma administração, oferecendo premissas de política externa, então, quando saem do governo devido à decisão das urnas, suas políticas tornam-se minoritárias, não sendo compartilhadas pelo governo do novo incumbente e muito menos pela população.

Mas essas visões parecem não ser adequadas para os próprios neoconservadores. Ao definirem o neoconservadorismo como uma persuasão ou tendência, ou seja, como algo supostamente enraizado na sociedade cujos valores podem se exacerbar em momentos de necessidade pública gerada por uma ameaça existencial à nação, afiançar a morte do neoconservadorismo não está presente no horizonte dos neoconservadores. Isso porque devido às suas “teses” estarem inseridas na tradição cultural norte-americana, seu padecimento definitivo apenas poderia se dar com uma inflexão dessa mesma tradição. Esse é o ponto principal que os intelectuais associados ao pensamento neoconservador em política externa assinalam quando definem o neoconservadorismo.

Portanto, mesmo afastados da Casa Branca, intelectuais neoconservadores acreditam que por possuírem um corpo articulado de ideias, fundamentalmente ligadas à própria trajetória e aos valores da sociedade norte-americana, o neoconservadorismo passa por um momento sabático. Dentro desse raciocínio, a projeção é que volte a influenciar mais fortemente a política externa norte-americana quando um republicano voltar à Washington, ou quando surgir um contexto de ameaça clara ao interesse nacional da nação, devendo ela utilizar-se da força militar.

Assim como os Estados Unidos historicamente sobrevivem apontando inimigos, o neoconservadorismo faz deles seu combustível. Não haveria aqui nada de “aberração”, mas sim de sintonia com o *ethos* norte-americano. É essa, afinal, a peculiar interpretação do neoconservadorismo segundo os seus adeptos.

## Referências bibliográficas

BERINSKY, Adam J. (2009). **In time of war: Understanding American Public Opinion from World War II to Iraq**. Chicago: University of Chicago Press, p. 336.

- BOOT, Max (2004). **Myths about neoconservatism**. *Neoconservatism*, New York, NY, p. 43-52, 2004.
- BUCHANAN, Patrick J. (2004). **Where the right went wrong: how neoconservatives subverted the Reagan revolution and hijacked the Bush presidency**. New York: Thomas Dunne Books.
- DAALDER, Ivo H.; LINDSAY, James M. (2003). **America unbound: The Bush revolution in foreign policy**. Brookings Institution Press.
- EHRMAN, John. (1995) **The rise of neoconservatism: intellectuals and foreign affairs, 1945-1994**. New Haven: Yale University Press, p. 241.
- FOREIGN POLICY MATTERS (2012). **FPI National Survey: Foreign Policy Matters in 2012**, publicado em <http://www.foreignpolicy.org/content/fpi-national-survey-foreign-policy-matters-2012-1>. Disponibilidade: 02/02/2013.
- FRACHON, Alain; VERNET, Daniel (2006). **América messiânica**. Porto Alegre: Doravante.
- FUKUYAMA, Francis (2006). **O dilema americano: democracia, poder e o legado do neoconservadorismo**. Rio de Janeiro: Rocco.
- GRIMMETT, Richard (2009). **Instances of Use of United States Armed Forces Abroad, 1798-2009**. Washington: Congressional Research Service.
- HARVEY, David (2004). **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola.
- HETHERINGTON, Marc J.; NELSON, Michael (2003). "Anatomy of a rally effect: George W. Bush and the war on terrorism". *Political Science and Politics*, v. 36, n. 01, p. 37-42.
- HOBSBAWN, Eric (2007). **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras.
- KAGAN, Robert (2008). "Neocon Nation: Neoconservatism", c. 1776. *World Affairs*, v. 170, n. 4.
- KAGAN, Robert (2007). **Of paradise and power: America and Europe in the new world order**. Random House Digital, Inc.
- KAGAN, Robert (1998). "The benevolent empire". *Foreign Policy*, p. 24-35, Summer.
- KAGAN, Robert; KRISTOL, William (eds.) (2000). **Present dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy**. San Francisco: Encounter Books.
- KRAUTHAMMER, Charles (2004). "Democratic realism: an american foreign policy for a unipolar world". *AEI Annual Dinner*, Washington. Disponível em: <[http://www.aei.org/include/pub\\_print.asp?pubID=19912](http://www.aei.org/include/pub_print.asp?pubID=19912)>. Acesso em: 30 ago. 2007.
- KRAUTHAMMER, Charles (2002). "The unipolar moment revisited". *The National Interest*, p. 5-17, Winter 2002/03.
- KRISTOL, Irving (1996). "A Post-Wilsonian Foreign Policy". *Wall Street Journal*, New York, 02 de agosto de 1996, p. A14.
- KRISTOL, Irving (2005). "The Neoconservative Persuasion". Kristol, William (ed.). **The Weekly Standard - A Reader: 1995-2005**. New York: Harper Collins.
- KRISTOL, William; KAGAN, Robert (1996). "Toward a neo-reaganite foreign policy". *Foreign Affairs*, p. 18-32.
- LIND, Michael (2003). **How neo-conservatives conquered Washington: and launched a war**. Salon, April, v. 9.
- MAC DONALD, Kevin (2004). "Understanding Jewish Influence I. Understanding Traits for Jewish Activism". **Wake Up**.
- MUELLER, John (1973). **War, presidents, and public opinion**. New York: Wiley.
- MURAVCHIK, Joshua (2004). "The Neoconservative Cabal". STELZER, Irwin (ed.). **Neoconservatism**. New York, NY, p. 43-52.
- PODHORETZ, Norman (1996). "Neoconservatism: A Eulogy". *Commentary*, v. 101, n. 3, p. 19-27.
- PODHORETZ, Norman (2007). **World War IV: the long struggle against islamofascism**. Random

House Digital, Inc.

SOROS, George (2007). **A Era da Insegurança: As Consequências da Guerra contra o Terrorismo**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio (2007). “Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, p. 80-96.

THOMPSON, C. Bradley (2010). **Neoconservatism: An Obituary for an Idea**. Boulder: Paradigm.

VAÏSSE, Justin (2010). **Neoconservatism**. Cambridge: Belknap Press.